

Para a análise do Discurso político: As Estratégias de “Posicionamento” no Debate Televisivo

Rui Vieira de Castro

(Universidade do Minho)

Ana Paula Gonçalves Pires

(Escola EB 1.2.3 de Arnoso — Vila Nova de Famalicão)

1. Pelo espaço que ocupa, pela sua natureza matricial relativamente a outros discursos, pelo alcance e natureza dos seus efeitos, o “discurso político” tem particular relevância na esfera pública. Nas nossas sociedades, a sua concretização tem lugar num vasto conjunto de textos/discursos que, produzidos por sujeitos detentores de diferentes estatutos (membros do governo, membros de partidos, candidatos a cargos políticos, etc.), realizados em contextos diferenciados (de natureza mais ou menos institucional) e diversamente veiculados, visando objectivos específicos também eles diversos, são regulados por um princípio geral — manter, reforçar ou construir posições no campo político¹.

A assunção deste objectivo geral arrasta, como efeito, características específicas daqueles textos/discursos; particularmente evidente em contextos de debate, tornados hoje, na sua forma televisiva, um dos lugares de concretização mais eficaz do discurso político, é a sua natureza dialógica e competitiva.

O debate, como assinala Kerbrat-Orecchioni (1995), “est une discussion plus organisée, moins informelle: il s’agit d’une confrontation d’opinions à propos d’un objet particulier, mais qui se déroule dans un cadre ‘préfixé’”; no debate estão em larga medida pré-determinados “la durée et l’ordre des interventions, le nombre des participants, et le thème de l’échange [...] un débat comporte généralement un public, et un modérateur chargé de veiller à son bon déroulement” (p. 118). O debate é, pois, uma forma especializada de interacção verbal oral. Na sua variante televisiva, e simultaneamente política, ele configura-se como “lugar” onde o discurso tem propriedades específicas, no quadro do que Charaudeau e Ghiglione (1997) designam como “dupla encenação, verbal e visual”; interessa-nos, aqui, particularmente o primeiro tipo de “encenação”, pelos efeitos que acarreta para a organização da troca verbal, tendo em conta, nomeadamente, os objectivos que aí (co)existem: de “*posse de palavra*” que “determina um *espaço de locução*”, de “*influência*” que “determina um *espaço de relação*”, de “*verdade*” que “determina um *espaço temático*” (pp. 55 e sgg.). De facto, observando um debate político, veri-

¹ Em Marques (2000) são analítica e criticamente apresentadas várias propostas de definição do discurso político (cf., designadamente, pp. 24-44).

fica-se ser frequente a ocorrência de fenómenos de sobreposição de enunciados, serem múltiplas as referências ao discurso anterior acompanhadas de expressões de posicionamento, serem constitutivas as estratégias de argumentação.

2. Neste texto institui-se como objecto de análise o *corpus* resultante da transcrição ortográfica de um debate realizado na RTP em 4 de Janeiro de 2001, o único realizado na comunicação social entre os candidatos às eleições presidenciais portuguesas de 14 de Janeiro de 2001.

São múltiplos os ângulos de observação que é possível adoptar na descrição de um *corpus* com estas características². Discurso de auto e heteroposicionamento, o discurso político tem como princípio estruturante a expressão da diferença, visando assegurar, em condições que podem envolver estratégias de disputa do espaço discursivo e de recontextualização do discurso do(s) interlocutor(es) directo(s), a adesão da audiência. Por agora, limitaremos a análise àquelas sequências interactivas nas quais os interlocutores procedem a uma retoma explícita ou tácita do discurso anterior, perspectiva que nos parece particularmente adequada à produção de evidência relativa àquele princípio.

Em congruência, estabelecemos como objectivos específicos deste estudo:

1. analisar as formas de retoma do discurso anterior;
2. identificar e caracterizar estratégias associadas à retoma discursiva, relativas à inscrição dos interlocutores no enunciado e à distribuição da palavra;
3. relacionar as estratégias de auto e heteroposicionamento dos sujeitos nos processos de retoma do discurso anterior com a natureza dos seus estatutos.

Estes objectivos pretendem concretizar uma intenção mais geral — contribuir para caracterizar as estratégias discursivas usadas para vencer e/ou convencer o *outro* (sendo este tanto o “rival político” como a audiência/eleitorado) e, correlativamente, caracterizar as relações de poder que se constroem e reconstroem no quadro do discurso político.

3.1. A situação que pretendemos analisar — um debate eleitoral em directo na televisão — pode ser descrita da maneira que a seguir apresentamos:

a. no debate participavam os cinco candidatos às eleições presidenciais — Ferreira do Amaral (F.A), candidato apoiado pelo Partido Social Democrata, Fernando Rosas (F.R), apoiado pelo Bloco de Esquerda, Jorge Sampaio (J.S), apoiado pelo Partido Socialista e candidato à reeleição, Garcia Pereira (G.P), apoiado pelo Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses, António Abreu (A.A), apoiado pelo Partido Comunista Português — e a moderadora Judite de Sousa (Mod.);

² Uma síntese de enquadramentos disciplinares e perspectivas teóricas de análise do discurso político pode ser encontrada em Chilton & Schäffner (1997); na literatura portuguesa veja-se, novamente, Marques (2000, pp. 44-54).

b. os intervenientes estavam dispostos da forma que se encontra representada na figura seguinte:

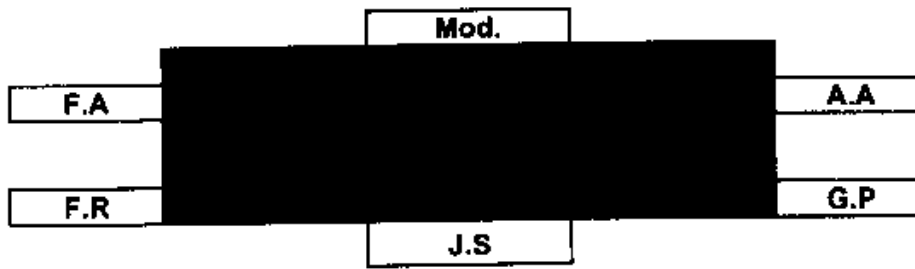


Fig. 1. – Disposição dos intervenientes no debate

c. o tempo da interacção encontrava-se previamente determinado (30 m para cada um dos três momentos do debate), assim como estava pré-determinada a ordem de intervenção dos participantes.

O debate organizou-se em torno de um conjunto de tópicos nucleares introduzidos pela moderadora³. Introduzido o tópico, tipicamente, a moderadora atribuía a palavra a um dos intervenientes e, fechada a intervenção deste, reassumia a palavra, atribuindo posteriormente a vez de falar a outro participante. Significa isto que cabia à moderadora o papel de organizar os assuntos, gerir o tempo dedicado a cada tópico e seleccionar os interlocutores. Embora a audiência não partilhasse o espaço físico restrito em que decorria o debate, ela desempenhou, naturalmente, um papel crucial ao longo de toda a interacção sendo constantemente convocada e aparecendo como destinatário último de todo o discurso.

O modelo teórico da interacção que teve lugar neste contexto encontra-se representado na figura 2:

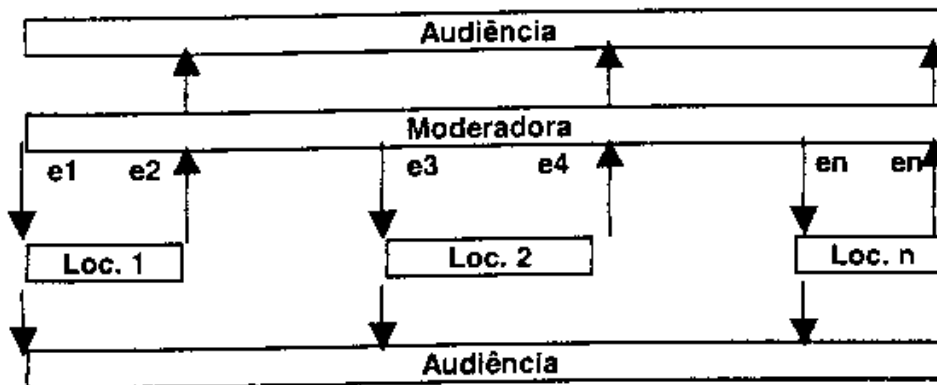


Fig. 2 – Modelo teórico da interacção

³ A primeira parte do debate desenvolveu-se em torno de dois assuntos principais: os poderes presidenciais em matéria de forças armadas e a participação portuguesa em missões de paz, particularmente no Kosovo; a presidência da República e limites constitucionais e, também, as relações da Presidência com o Governo foram os temas debatidos na segunda parte; na terceira e última parte do debate discutiram-se questões de integração europeia (na sequência da Conferência de Nice) e de política interna (saúde, economia, educação).

Tratava-se, em consequência, de um evento fortemente regulado no que diz respeito ao conteúdo das trocas verbais e aos modos de distribuição da palavra. Ainda assim, o debate deixou em evidência o carácter dialógico e competitivo do discurso político nestes contextos. Na verdade, mesmo neste quadro caracterizado por um enquadramento forte a regular a interacção, tendo como pólo a moderadora⁴, uma análise ainda que superficial do *corpus* evidencia um conjunto de factos relevantes que sustentam aquela caracterização: o conteúdo informacional não é apenas definido pela moderadora; com frequência, os candidatos retomam nos seus enunciados o discurso anterior de outros candidatos, neste processo inscrevendo-se e inscrevendo o outro diferenciadamente; a tomada da palavra é competitiva. É nestes dois últimos fenómenos que centraremos a nossa atenção.

3.2. Quando os participantes numa troca verbal estão efectivamente empenhados no seu desenvolvimento, por efeito do “princípio de cooperação”, cada enunciado produzido no seu âmbito relaciona-se de alguma forma com enunciados anteriores, produzidos pelo mesmo ou por outro locutor, gerando fenómenos que contribuem para a especialização dos géneros discursivos. Pode acontecer ainda que um locutor em funções retome, de forma mais ou menos explícita, o conteúdo de enunciados produzidos por outros sujeitos que não aqueles que estão em presença. Neste caso falaremos de discurso anterior geral, por contraposição a um discurso anterior específico, aquele que foi produzido no contexto da interacção em causa (cf. Castro, 1991, pp. 67-68)⁵. Em qualquer caso estaremos aqui no domínio do que Fonseca (1994) caracteriza como “conjugação de vozes” no discurso; neste quadro interessar-nos-ão, para derivação das categorias analíticas, os fenómenos que se distribuem por categorias que envolvem i) a “retoma explícita de outros discursos — retoma que se dá (...) segundo as várias modalidades do discurso relatado, que actualiza recursos citacionais disponíveis na língua”, ii) a “menção-uso de outros discursos [que] surge [...] de forma velada, constituindo a área das retomas ou citações implícitas” (pp. 79-80)⁶. Situar-nos-emos, portanto, no quadro da

⁴ O conceito de enquadramento, originalmente formulado por Basil Bernstein para analisar as diferentes formas de comunicação legítima que têm lugar em qualquer prática pedagógica, pode, julgamos, ser produtivamente aplicado à descrição de situações que envolvem desigualdades na distribuição do controlo entre os interlocutores; é neste sentido que aqui falamos de enquadramento forte para nos referirmos ao facto de um sujeito — a moderadora — ter “el control explícito de la selección, la sucesión, el ritmo, los criterios y la base social de la comunicación” (Bernstein, 1998, pp. 43-45).

⁵ Conceitos próximos, mas que não se confundem, com os de intertextualidade externa e intertextualidade interna (a propósito destes últimos, ver Maingueneau, 1989, p. 87).

⁶ Joaquim Fonseca (1994) assinala ainda uma outra zona de “plurivocidade” discursiva em que se inscrevem os efeitos da projecção no discurso da polifonia inscrita na língua e os fenómenos de interdiscursividade (pp. 80-83); esta zona, de mais difícil acesso ou, pelo menos, de exploração radicalmente sujeita à capacidade/possibilidade de o analista discriminar as vozes que nela ecoam, não será, neste texto, considerada, o que não significa que se não lhe reconheça a sua força constitutiva do discurso.

“heterogeneidade mostrada”. A incorporação do discurso anterior pode, neste contexto, ser feita segundo distintas modalidades a que poderão ser associados diferentes significados pragmáticos, por sua vez relacionáveis com aquilo que os sujeitos são ou vão sendo no discurso.

Relativamente às formas de incorporação do discurso do *outro* considerámos, pois, duas categorias analíticas básicas⁷:

1. a *retoma implícita* — esta categoria descreve as situações em que há uma retoma de um enunciado anterior sem re-actualização do conteúdo informacional em causa (cf. *infra*, ex. 1); o enunciado é frequentemente referido através de deícticos que permitem a sua retoma global (cf. *infra*, ex. 2):

[Ex. 1]

175 G.P. — *não não respondeu com o devido respeito eu entendo que não respondeu*

[Ex. 2]

143 G.P. — *mas não pode dizer isso às pessoas porque isso não corresponde à verdade*

2. a *retoma explícita* — esta categoria serve a descrição dos enunciados em que há uma re-actualização do conteúdo informacional de enunciados anteriores; o que é dito num enunciado anterior pode ser objecto de paráfrase, envolvendo procedimentos de generalização (cf., *infra*, ex. 3), ou pode, no limite, revestir a natureza de citação, expressamente assinalada como tal (cf., *infra*, ex. 4):

[Ex. 3]

358 F.A. — *deixe deixe-me só fazer uma interrupção eu já ouvi dizer aqui muito muitas vezes aliás todos parece que todos acreditam que o doutor jorge sampaio já vai estar eleito!*

[Ex. 4]

173 G.P. — (...) *não é dizer “talvez haja e eventualmente há hipótese”*

3.3. À retoma do discurso do “outro”, e constituindo parte integrante das estratégias discursivas que são mobilizadas, podem aparecer associados outros fenómenos que entendemos relevantes para a caracterização dos modos de posicionamento do locutor.

Importa considerar, desde logo, a natureza da relação afirmada pelo locutor com o enunciado incorporado; ao analisar os objectivos habitualmente associados à retoma de vozes “outras”, J. Fonseca, admitindo que o locutor as pode convocar “para nelas se apoiar [...] para as anular [...] ou para, após uma fase de acordo as

⁷ O trabalho analítico será, aqui, de âmbito limitado, prevenidos que estamos pelo “aviso” de Maingueneau — “O levantamento exaustivo e a classificação das marcas de heterogeneidade representam uma tarefa perigosa, talvez impossível” (Maingueneau, 1998, p. 75).

orientar ou delas se servir para outras conclusões ou rumos argumentativos”, conclui, afirmando que esse procedimento visa “quase regularmente [...] delas se distanciar” (Fonseca, 1994, p. 80); ora tal objectivo há-de ser particularmente válido no caso do discurso político, entendendo-se, por isso, pertinente considerar o posicionamento expresso pelo locutor, que pode ir da concordância (CONC) à discordância (DISC), por sua vez atravessadas por diferentes graus de explicitação. Considerámos igualmente oportuno distinguir entre as situações em que o locutor do enunciado retomado é nomeado (N^+) daquelas em que tal não acontece (N^-), como ocorre nos exemplos 4. e 3., *supra*. Por fim, avaliámos como adequado considerar a forma como é marcada no enunciado a presença do locutor e do alocutário; distinguimos, para o primeiro, entre as formas verbais e pronominais da primeira pessoa do singular (IPS), da primeira pessoa do plural (IPP) e outras formas de inscrição (O); considerámos para o segundo uma oposição básica entre a nomeação (N^+) e a não nomeação (N^-).

Esquemáticamente, representamos a articulação entre estas dimensões de análise, que correspondem a variáveis relevantes na configuração de diferentes estratégias de posicionamento, da forma apresentada na Figura 3:

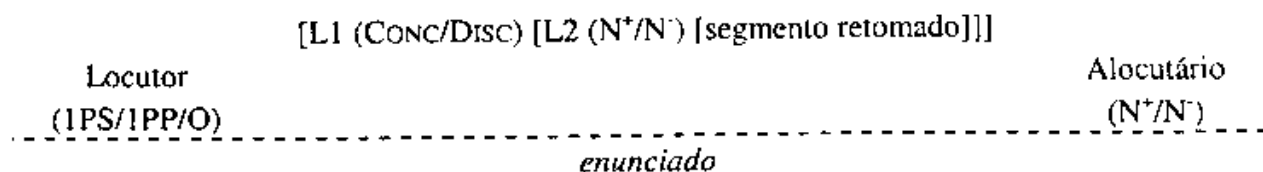


Fig. 3. – Dimensões de análise

Não representada na figura fica a distribuição da palavra, dimensão que, pelas razões já referidas, entendemos relevante analisar. Com frequência, e dada a natureza radicalmente competitiva deste tipo de discurso, a incorporação do discurso anterior, posta ao serviço da expressão de um posicionamento, aparece associada a infracções aos modos de distribuição da palavra previamente acordados, sob a forma, por exemplo, de sobreposições ou de interrupções.

4.

4.1. Uma primeira linha de leitura do *corpus* conduziu-nos aos dados apresentados no Quadro 1 onde se dá conta da frequência dos enunciados em que se procede à retoma do discurso anterior, em função das categorias *discurso anterior geral* (DAG) e *discurso anterior específico* (DAE)⁸:

⁸ Estes valores ocorrem num quadro em que cerca de 25% dos enunciados realizados pelos candidatos evidenciam operações de retoma discursiva realizadas sobre enunciados de outros candidatos.

Quadro 1. Retoma do DAG e do DAE

	A.A	F.A	F.R	G.P	J.S	Total
DAG	0	2	1	6	4	13 20,3%
DAE	2	12	6	20	11	51 79,6%
Total	2 3,1%	14 21,8%	7 10,9%	26 40,6%	15 23,4%	64 100%

Verificando-se que todos os locutores evidenciam nos seus enunciados formas de “heterogeneidade mostrada”, num quadro em que predominam as referências ao discurso anterior específico, é, no entanto, possível encontrar distintas formas de concretização deste dispositivo. Assim, ele está fortemente presente em G.P e é escassamente realizado por A.A. Os outros sujeitos apresentam valores intermédios que, ainda assim, evidenciam F.R como menos sensível à incorporação do outro. Podemos, em consequência, falar de um discurso mais transitivo — o de G.P e o de J.S — e de um discurso mais intransitivo — o de A. A. Quando se comparam os dados em função das categorias DAG e DAE, verifica-se que, proporcionalmente, J.S e G.P acedem privilegiadamente à retoma de vozes do discurso anterior geral.

Consideremos agora os dados obtidos para cada um dos tipos de discurso anterior em função das diferentes modalidades de retoma discursiva:

Tabela 2. Modalidades de Retoma do Discurso Anterior Específico

	A.A	F.A	F.R	G.P	J.S.	Total
Retoma Implícita	2	8	4	13	10	37 72,5%
Retoma Explícita	0	4	2	7	1	14 27,5%
Total	2 4%	12 23,5%	6 11,5%	20 39%	11 21,5%	51 100%

	A.A.	F.A.	F.R.	G.P.	J.S.	Total
Auto-referência	0	2	2	2	3	9

Decorre destes dados que a interdiscursividade é construída através das diferentes possibilidades consideradas, sendo mais expressivos, a este propósito, os valores da *retoma implícita*; são tipos de retoma do DA que permitem, por um lado, evitar a reatualização expressa do enunciado anterior (o distanciamento físico é aqui distanciamento simbólico) e, por outro lado, possibilitam uma representação

mais indefinida, eventualmente mais imprecisa, do interdiscurso; porque evitam a "teatralização" da anterior enunciação são dispositivos particularmente adequados para desenvolver estratégias de posicionamento e de persuasão da audiência.

Registe-se, ainda, que todos os locutores privilegiam as retomas de tipo implícito. Ainda assim, são verificáveis lugares de divergência nas opções dos sujeitos, com G.P a distinguir-se pelo uso mais frequente da retoma explícita.

Consideremos agora analiticamente os casos de incorporação do DAG:

Quadro 3. – Modalidades de Retoma do Discurso Anterior Geral

	A.A	F.A	F.R	G.P	J.S.	Total
Retoma Implícita	0	1	1	5	4	11 84,6%
Retoma Explícita	0	1	0	1	0	2 15,4%
Total	0 0%	2 15%	1 7,6%	6 46%	4 30,5%	13 100%

	A.A	F.A	F.R	G.P	J.S.	Total
Auto-referência	0	0	0	0	1	1

A leitura deste quadro evidencia uma incorporação do DAG que é sobretudo implícita. São verificáveis, a propósito, níveis de apropriação diferenciada pelos sujeitos: A.A caracteriza-se pelo não recurso a mecanismos desta natureza que se encontram também razoavelmente ausentes em F.A e F.R. É em G.P e J.S que encontramos, com maior evidência, este alargamento das fronteiras do universo de referência da interacção.

Um questão que importa obviamente considerar diz respeito à natureza da relação intersubjectiva no processo de retoma do discurso anterior; por outras palavras, trata-se de saber quem retoma e quem é retomado no discurso⁹. Analisando a retoma do Discurso Anterior Específico obtivemos as ocorrências assinaladas no Quadro 4:

⁹ Uma extensão desta análise, que obviamente não considera as retomas realizadas sobre as intervenções da moderadora, poderia ainda envolver a consideração de quem retoma quem.

Quadro 4. Modalidades de Retoma por Sujeito (F)

	Retoma Implícita	Retoma Explícita	Total
A.A			
Retoma	2		2
É retomado	1		1
F.A			
Retoma	8	4	12
É retomado	7	5	12
F.R			
Retoma	4	2	6
É retomado	6	1	7
G.P			
Retoma	13	7	18
É retomado	4	2	6
J.S			
Retoma	10	1	11
É retomado	14	7	21

Em consequência destes dados, é possível apurar as diferentes posições dos locutores na cena enunciativa; a perspectiva de análise adoptada revela, nas situações polares, J.S como sujeito mais insistentemente “mostrado” e G.P como o locutor que mais frequentemente “mostra” (n)os enunciados constitutivos do discurso anterior. Tudo isto num quadro em que basicamente são identificáveis três situações:

- F.A retoma e é retomado a um mesmo nível;
- G.P retoma mais do que é retomado;
- J.S e F.R são retomados mais do que retomam.

4.2. Passemos, agora, a considerar os dados obtidos relativamente às formas de posicionamento e de inscrição da pessoa nos enunciados; no Quadro 5, assinalamos apenas as categorias (apresentadas em 3.3.) cuja presença se manifestou em mais de um terço das ocorrências analisadas:

Quadro 5. Formas de Posicionamento e de Inscrição da Pessoa

	Presença de Loc1			Presença de Alloc.		Presença de Loc2		Posicionamento de Loc1		
	1PS	1PP	O	N ⁺	N ⁻	N ⁺	N ⁻	CONC	DISC	Ø
A.A	+	+		+	+		+			+
F.A	+		+		+		+		+	
F.R	+				+		+		+	
G.P	+		+	+	+	+			+	
J.S	+			+		+			+	

Genericamente, observa-se que os intervenientes optaram maioritariamente por assinalar explicitamente a sua inscrição no enunciado; caso particular é o representado por A.A, em que o locutor pode aparecer diluído no colectivo através do emprego da 1ª pessoa do plural. Aquela opção corresponde o tendencial apagamento do interlocutor que, aliás, aqui surge como mediação do “ausente” — a audiência; a transparência é, por isso, condição a preencher. Congruentemente com a forma de incorporação do DA que é privilegiada — retoma implícita — encontramos uma opção pela diluição da referência ao locutor do enunciado que é incorporado. Finalmente, e com excepção de A.A, a retoma do enunciado do outro serve fundamentalmente para exprimir posições de discordância.

4.3. Uma forma particular de convocação do discurso anterior é aquela que envolve infracções à distribuição da palavra. A retoma do enunciado do outro pode ser acompanhada da criação de condições discursivas que visem facilitar a expressão do posicionamento subjectivo, contexto em que ganham particular expressão os fenómenos de auto-selecção do locutor; procurámos analisar a sua configuração através de um sistema de categorias que prevê, associada à infracção ao princípio da distribuição, a ocorrência ou não de sobreposições de enunciados:

Quadro 6. Infracções à Distribuição da Palavra

	A.A	F.A	F.R	G.P	J.S.	Total
Com sobreposição	1	11	2	12	20	46 80,7%
Sem sobreposição	0	3	0	4	4	11 19,2%
Total	1 1,7%	14 24,5%	2 3,5%	16 28%	24 42,1%	57 100%

Resulta destes dados que a expressão de posicionamento associada à heterogeneidade mostrada envolve quase sistematicamente movimentos de infracção à distribuição que, por sua vez, geram de forma claramente maioritária fenómenos de sobreposição. Sobre os efeitos deste tipo de ocorrência nos dá conta o Quadro 7:

Quadro 7. Efeitos da Infracção à Distribuição da Palavra

	A.A	F.A	F.R	G.P	J.S.	Total
Manutenção do tópico	1	10	2	10	24	49 83%
Mudança do tópico	0	2	1	4	3	10 16,9%
Total	1 1,6%	12 20,3%	3 5%	14 23,7%	27 45,7%	59 100%

Fundamentalmente, estas operações não são colocadas ao serviço da mudança de tópico, embora ocasionalmente tal possa acontecer. A esta luz, o relevante para os locutores parece ser não passar a falar de outras coisas, mas antes posicionar-se perante aquilo que está a ser dito.

5. Uma leitura integrada dos dados antes apresentados permitirá relevar algumas características do discurso político em contexto de debate televisivo e, em simultâneo, correlacionar tais características com o estatuto dos locutores; assim, genericamente e na consideração das linhas de análise adoptadas, este género discursivo é caracterizável por:

i) uma opção frequente pela “heterogeneidade mostrada” que ganha particular expressão quando a referência é intradiscursiva; o debate político dir-se-á, então, exhibe o dialogismo como marca;

ii) uma sinalização da retoma discursiva através de opções “fracas”, no sentido em que se tende a privilegiar a incorporação implícita do enunciado do *outro* e no sentido em que este *outro* não é identificado¹⁰;

iii) uma subordinação da “mostração discursiva” a uma estratégia de posicionamento que supõe a expressão da discordância, tematizada num quadro de visibilização da pessoa do locutor e de apagamento do alocutário e do locutor/produtor do enunciado mostrado;

iv) uma “heterogeneidade mostrada” que ocorre em enunciados realizados no quadro de uma tomada competitiva da palavra, originado frequentemente fenómenos de sobreposição e interrupção.

¹⁰ Esta afirmação deve, no entanto, ser matizada em função da não consideração, na análise, dos comportamentos quinésicos e proxémicos dos sujeitos.

Mediante os resultados obtidos, torna-se claro que as categorias por nós definidas funcionam para os actores políticos, na interacção, como factores de estratégias discursivas. Observando a desigual frequência das categorias e as diferentes formas de posicionamento dos locutores, constata-se uma apropriação diferenciada dos dispositivos em causa, tornando o posicionamento perante o discurso do outro uma operação socialmente regulada.

Ainda que devamos proceder aqui com óbvias cautelas, parece possível dizer que, se as estratégias discursivas identificadas são explicáveis pela natureza do evento de discurso que estamos a analisar, os contornos específicos que assumem são igualmente analisáveis à luz do estatuto dos sujeitos — J.S era Presidente da República à época do debate e isso instituía-o, desde logo, como o sujeito relativamente ao qual era necessário privilegiar a expressão de posicionamento. Ou seja, parece haver evidência suficiente para correlacionar estratégias especializadas e o estatuto dos locutores em termos de quem é poder, de quem pode ser poder, e de quem não pode ser outra coisa que contra-poder.

Referências

- BERNSTEIN, Basil (1998). *Pedagogia, control simbólico e identidade*. Madrid/La Coruña: Ediciones Morata/Fundación Paideia.
- CASTRO, Rui Vieira de (1991). *Aspectos da interacção verbal em contexto pedagógico*. Lisboa : Livros Horizonte.
- CHARAUDEAU, Patrick & GHIGLIONE, Rodolphe (2000). *A palavra confiscada. Um género discursivo: o talk show*. Lisboa: Instituto Piaget.
- CHILTON, Paul & SCHÄFFNER, Christina (1997). Discourse and Politics. In Teun A. van Dijk, Ed., *Discourse as social interaction*. London: Sage.
- FONSECA, Joaquim (1994). *Pragmática linguística. Introdução, teoria e descrição do Português*. Porto: Porto Editora.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1995). *Les interactions verbales. Tome I*. Paris: Armand Colin.
- MAINGUENEAU, Dominique (1989). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes.
- MARQUES, Maria Aldina (2000). *Funcionamento do discurso político parlamentar. A organização enunciativa no Debate da Interpelação ao Governo*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos. Universidade do Minho.